
(CIBER)ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA: REFLETÂNCIA ON-LINE E OFF-LINE NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013¹

(CYBER)SPACES OF INSURGENCE: ON-LINE AND OFF-LINE REFLECTANCE IN 2103 BRAZILIAN JUNE DAYS

(CIBER)ESPACIOS DE INSURGENCIA: REFLECTANCIA ONLINE Y OFFLINE EN PROTESTOS DE JUNIO DE 2013 EN BRASIL

Gustavo Souza Santos² <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>

²Doutorando em Desenvolvimento Social e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com

RESUMO

Em junho de 2013, o Brasil acompanhou uma série de manifestações que se expandiram por todo o território nacional. As demandas eram plurais, diversas e amplas, contudo guardavam um viço comum de engajamento e solidariedade tornando a insurgência particular. No entanto, outras camadas tornaram o evento ainda mais complexo: o usufruto da comunicação digital como indumentária de protesto, tornando redes e dispositivos frentes de contrapoder e comunicação alternativa difusos sobre o espaço pontual das vias públicas e igualmente consistente nas vias do ciberespaço. Assim, o objetivo deste estudo consistiu em analisar as dinâmicas socioespaciais das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, considerando a refletância on-line e off-line nas práticas e processos das manifestações. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso, tendo a imprensa por aporte documental. No bojo das manifestações, a insurgência circunscrita como um exercício espacial de ocupação das ruas e espaços públicos diversos possui reflexos on e off-line em uma relação de refletância e interdependência, coadunando as operações socioespaciais e simbólicas no espaço material e imaterial - na vazão do ciberespaço.

Palavras-chave: Mobilização social em rede. Internet. Cidade. Protesto. Rede.

ABSTRACT

In June 2013, Brazil follows a series of demonstrations that have expanded throughout the country. As the demands were common, several and broad, they nevertheless had a common ground of engagement

¹ Este artigo é uma versão revista e ampliada de um trabalho apresentado no V Colóquio Cidade e Região, realizado de 22 a 25 de novembro de 2017, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGEO/Unimontes).



and solidarity, making the insurgency particularly special. However, other layers have made the event even more complex: the use of digital communication as a clothing of protest, making networks and devices of counterpower and alternative communication diffuse on the punctual space of public roads and the same consistent in the ways of cyberspace. Thus, the objective of this study was to analyze how the socio-spatial dynamics of June 2013 in Brazil, considering an online and offline reflection in the practices and processes of the manifestations. For that, he developed a case study, having a journalist for disclosure. In the midst of manifestations, an insurgency as a spatial exercise of occupation of the streets and diverse public spaces has reflexes in and out of line in a relation of reflectance and interdependence, integrating as socio-spatial and symbolic operations in the material and immaterial space - in the flow of the cyberspace.

Keywords: Network social mobilizations. Internet. City. Protests. Network.

RESUMEN

En junio de 2013, Brasil siguió una serie de manifestaciones que se expandieron por todo el territorio nacional. Las demandas eran plurales, diversas y de amplio alcance, pero conservaron un interés común en el compromiso y la solidaridad, haciendo que la insurgencia fuera privada. Sin embargo, otras capas hicieron que el evento fuera aún más complejo: el disfrute de la comunicación digital como vestimenta de protesta, haciendo que los frentes de redes y dispositivos de contrapoder y la comunicación alternativa se difundían en el espacio puntual de las carreteras públicas e igualmente consistentes en las carreteras del ciberespacio. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue analizar la dinámica socioespacial de los días de junio de 2013 en Brasil, considerando la reflexión en línea y fuera de línea en las prácticas y procesos de las manifestaciones. Con este fin, desarrolló un estudio de caso, con la prensa para soporte documental. En medio de las manifestaciones, la insurgencia circunscrita como un ejercicio espacial de ocupación de las calles y diferentes espacios públicos tiene reflexiones dentro y fuera de línea en una relación de reflectancia e interdependencia, combinando las operaciones socio-espaciales y simbólicas en el espacio material e inmaterial - en el flujo de la ciberespacio.

Palabras clave: Movilización social en red. Internet. Ciudad. Protestas. Redes.

INTRODUÇÃO

As Jornadas de Junho ficaram conhecidas por uma série de protestos realizados entre 16 e 30 de junho de 2013, concentrando atos em 538 municípios, incluindo as 26 capitais, o Distrito Federal, 73 cidades de 25 países e cerca de 2,7 milhões de manifestantes³. Tendo por epicentro as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo que protestava pelo aumento da tarifa do transporte público na metrópole, os atos se ampliaram em escala, escopo e multidão, consolidando uma odisséia reivindicatória com bandeiras difusas aglutinadas sob um selo insurgente (SANTOS; CUNHA, 2019).

Do pleito sobre mobilidade urbana que ganharam as ruas da metrópole paulistana entre seus fixos e fluxos, somaram-se outras pautas que pela coreopolítica⁴ dos atos, desencadeou

³Conforme estimativa do portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 31 mar. 2017.

⁴Termo cunhado por Lepecki (2012) que designa os ritos de manifestantes nas ocupações de ruas e espaços públicos para protestos, evidenciando pelos gritos, conclames e marchas, uma espécie de coreografia política. Isto

signos mobilizadores e cuja detonação resultou em uma onda difusa e disforme, a princípio. No entanto, por flexão solidária, as jornadas adquiriram forma multiescalar (SANTOS; CUNHA, 2018), ecoando uma miríade de demandas, a partir de um uníssono efêmero.

As dinâmicas socioespaciais e insurgentes não foram o único atributo que particularizou estes eventos (SANTOS, 2020). O usufruto de processos comunicacionais alternativos e autônomos por meio de redes e plataformas na internet tornou a insurgência on-line com imbricação off-line (SANTOS, 2020a; 2020b). Da rua e das redes sociais, as manifestações foram arregimentadas, ganharam acuidade e pujança para disputar narrativas e consolidar suas vocalizações, mesmo carecendo de força organizada formal ou unidade representativa.

As ruas que comumente são o cenário costumeiro para o desencadeamento de manifestações ganham nas vias do ciberespaço uma linguagem híbrida e hibridizante de expressão. Conquanto os dispositivos de informação e comunicação e suas tecnologias medeiam táticas, agência e potência ganham a adição de uma camada que é simultaneamente meio, canal e mensagem.

Junho de 2013 apresentou características comuns de mobilizações sociais em rede da última década: horizontalidade, multiescalaridade, difusão ruidosa e concatenamento em rede, tendo a internet como principal componente. Nos atos, manifestantes usavam as redes sociais como ferramenta de organização e comunicação, mas ao mesmo tempo como instrumento indispensável para a coesão do movimento face às múltiplas narrativas dissonantes - imprensa e governança.

Assim, a proposta deste trabalho foi analisar as dinâmicas socioespaciais das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, considerando a refletância on-line e off-line nas práticas e processos das manifestações. Inicialmente, reflete-se a relação entre a comunicação e as mobilizações sociais em rede. A seguir, discute-se o caso em questão na interface com as tecnologias digitais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, desenvolveu-se um estudo de caso, tendo as Jornadas de Junho de 2013 como exemplar. O recorte temporal estabeleceu-se apenas do período que caracterizam o evento como tal, 16 a 30 de junho de 2013, excluindo ações isoladas do MPL antes e depois dos protestos principais, bem como atos posteriores que não guardaram ligações com as manifestações em questão (RICCI; ARLEY, 2014).

é, uma mobilização gestual que carrega em si ensejos reivindicatórios e de pressão popular, imiscuindo do fazer-política.

Optou-se por partir de uma análise que considerasse a produção de narrativas midiáticas dos atos, tendo a imprensa como veículo propagador de fatos, mas também de leituras e representações sobre atores, contextos e desdobramentos. A cobertura midiática fornece possibilidades para a compreensão dos atos a partir das ondulações factuais, políticas e comunicacionais comumente presentes em eventos de natureza sociopolítica.

A pesquisa apoiou-se então na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período (2012/2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC). As notícias foram selecionadas conforme o período de vigência das manifestações (16 a 31 de junho de 2013)⁵, catalogados e selecionados para discussão por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2007).

Considerou-se na seleção dos veículos, o critério de circulação, que designa difusão do periódico por assinatura, venda avulsa e direta, isto é, implicando em uma maior distribuição e alcance de leitores. A alta circulação implica em maior volume de leitura e, conseqüentemente, de cobertura jornalística. Desse modo, obteve-se os recortes das principais narrativas produzidas e circuladas pelo país no período de análise acerca do caso estudado.

O aporte teórico fica a cargo de Castells (1999; 2006; 2013) na discussão sobre a sociedade em rede e seus desdobramentos sociopolíticos e espaciais; em Lévy (1998; 2000; 2002; 2010) na categorização de cibercultura e ciberespaço como variáveis para compreender as dinâmicas das redes on-line; Lemos (2015), Downing (2000) e Thompson (2004) sobre práticas e processos comunicacionais; e Ricci e Arley (2014) e Santos (2017; 2020a; 2020b) acerca da mobilização ora estudada.

COMUNICAÇÃO, NARRATIVA E AMBIÊNCIA MIDIÁTICA EM MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultura e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia tornou-se suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. Entretanto, nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os

⁵Fontes jornalísticas complementares foram adotadas de veículos on-line, cuja cobertura dos eventos complementaram os achados das fontes aqui de jornal impresso aqui definidas: o portal G1 (disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>) e agência Grunz (disponível em: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>) no período de março de 2017.

indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo (CASTELLS, 2013, p. 11).

Esta narrativa de Castells (2013) sumariza o panorama de manifestações ocorridas em todo o globo, mas postula o encadeamento estrutural que fundamenta a insurgência contemporânea em qualquer caso, evento ou localização. Corrupção e desfaçatez política, inconsistência da autoridade governamental, descrédito midiático e experiência cotidiana insustentável, ausência de respostas ou diálogo, enfim, as estruturas e organismos que fundamentam a ordem social sinalizavam falência, cujo revés era atomizado sobre a população.

A insurgência como instrumento popular e atividade social historicamente construída e verificável desponta como única atitude, reação e providência possível. Se as condições básicas de vivência e experiência harmônica com o espaço e o mundo socializado e simbólico que confere sentido aos sujeitos são ameaçadas, ou as condições básicas para tanto são detratadas ou postas em disputa, o levante se torna ao mesmo tempo via e ferramenta possível.

O ato de inscrever nas ruas, no discurso, na voz e na reivindicação casos e descasos que assolam a coletividade é um gesto de denúncia. Denúncia circunscrita na experiência e externalizada nos dispositivos de insurgência, as ruas, os espaços públicos, a ocupação, a sinalização, as greves, entre outros. Denúncia que confronta os diferentes *status* que tocam a sociedade de onde pendem os atos, questionando sistemas, objetos e estruturas.

Entretanto, a insurgência é o ato de mobilização social essencialmente comunicacional, isto é, movimentos sociais e de protesto são práticas comunicativas, possuidoras de emissores, mensagens, códigos, canais e receptores para se efetivarem, partindo das perspectivas de Thompson (2004) e Castells (2006). Sendo um ato comunicacional, a insurgência é determinante para o tratamento das feridas sociais de todos os tempos, já que as coletividades que historicamente se levantam, o fazem como o único instrumento disponível de posicionamento da própria voz e imagem, apagadas pelo ritmo cotidiano e pelo tratamento de anomia que o poder faz.

Erguem as vozes aqueles que há muito não tem ressonância ou acústica para torná-las audíveis ou sequer relevantes e consideráveis para o trâmites regulares. Posicionam-se nos espaços urbanos aqueles cuja existência é tida por contingente ou fadada à compreensão de massa, imóvel e indiferenciada. Desse modo, a dimensão essencial da insurgência é uma prática de comunicação, respaldada na experiência, no ensejo e na realidade, comprometida em se difundir e ressoar pela sociedade que a abarca.

Primavera Árabe⁶, *Occupy Wall Street*⁷, Revolta dos Indignados⁸, as Jornadas de Junho e a trajetória de movimentos sociais de que a História pode testemunhar são pulsões insurgentes e, portanto, pulsões comunicacionais. Como característico de algo que se move, se levante e possui impulso, não se resguarda na estagnação ou na inércia, mas se anela pela movimentação, pela transformação e pela visibilidade que se apresenta evidente, urgente e necessária.

Junho de 2013 testemunhou a perturbação do sono do gigante, que acorda ante ruídos e põe-se de pé novamente. Desperto, passa a reclamar as ausências e lacunas que seu ambiente passa a apresentar, rebelando-se contra seus detratores e reclamando sua liberdade, antes acreditada, mas apenas anuviada durante seu sono. Seu despertar significa agora o movimento de seus passos e coordenação de seus atos que passa agora a serem determinantes para que o equilíbrio de sua realidade não seja apenas notívago ou fadado à ilusão do sono.

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e, quando necessário, pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais (CASTELLS, 2013, p. 11-12).

Se a insurgência é em si um ato de comunicação, nas jornadas de junho, esta premissa é fortalecida por um de seus aspectos fundamentais: a operação on-line via redes sociais. Entendendo a comunicação convencional como aquela que é produzida e transmitida a partir dos grandes grupos de mídia, participantes da atividade econômica e dos postulados públicos, foi natural que esta perdesse o apelo junto aos sujeitos, especialmente os que se organizaram nas ruas.

Como enunciado por Castells (2013), o movimento não prescinde da internet, nem a tem por acessório sofisticado ou rótulo e vitrine de modernidade, mas “começam” com ela. Como anteriormente destacado, tal aspecto é condição do *modus vivendi* e do *modus operandi* do

⁶Levantes contra lideranças despóticas iniciadas na Tunísia, se estendendo pela Líbia, Síria e Egito a partir de 2010. Os atos culminaram na derrubada de autoridades e foram marcados por reivindicações sociais.

⁷Série de ocupações do Zucotti Park em 2011 nos Estados Unidos em protesto pela má distribuição de renda, poderio de bancos, desequilíbrio na educação superior paga e corrupção.

⁸Protestos contra projetos políticos e líderes políticos na Espanha tendo por estandarte a Praça Puerto del Sol em 2011.

movimento, como substância basal, energia que move seu eixo ou condição existencial. Assim, o ciberespaço⁹ e sua prerrogativa fomentaram e foram partícipes dos eventos.

É factual que as iniciativas pública e privada detém o domínio da comunicação de massa por meio de seu exercício de poder. Este mesmo poder buscou historicamente sua legitimação por meio de dispositivos e produtos de comunicação, balizando e sustentando sua ação. Se os canais de comunicação são ocupados ou preenchidos por valores que concernem ao poder legitimado, já hegemônico e dominante, a insurgência se manifesta nas entrelinhas, na periferia desse circuito, nos espaços de ocasião e oportunidade.

A internet torna-se, então, o meio, o suporte e o caminho para o dimensionamento da insurgência, já que é essencialmente constituída sob a liberdade de controle público ou privado. Liberdade que significa autonomia, celebrada sob a perspectiva da promoção de conexões, de comunidades virtuais e de inteligência coletiva (LÉVY, 2000), como estabelecido anteriormente. Tem-se, assim, uma via capaz de sustentar a rebeldia da insurgência que desafia o *status*.

É importante destacar a pertinência do postulado levyniano quanto às pulsões do ciberespaço. Promovendo interconexão e fomentando o viço de comunidades virtuais diversas, a ambiência proporcionada pelo ciberespaço e a internet em geral se tornam núcleos de inter-relações e partilha. Inter-relações e partilhas de natureza social, cultural e política, onde as angústias, as indagações, as experiências, os projetos de vida e os planos de ação dos indivíduos feitos coletividade são postos sob perspectiva e pavimentados sobre a sociabilidade em rede (LÉVY, 1998; 2000; 2002).

Emerge neste prospecto uma noção solidária do ciberespaço, característica das redes, característica da sociabilidade de grupos coesos e característica da insurgência que preconiza a luta em função de uma coletividade cujos *status* são similares. A solidariedade em rede, e aqui insurgente, torna-se um traquejo para a unidade. Esta unidade aglutina ideais, sentimentos, sujeitos, identidades e dinâmicas que se dispõem ao movimento, à luta, à ação (LEMOS; LÉVY, 2010).

Há que se destacar que esta ambiência solidária e de unidade que modula redes passa a agrupar a diversidade, cujos projetos e trajetórias são múltiplas, mas simultaneamente reelaborados ou reunidos em um trajeto singularmente comum, desconsiderando polaridades de opinião ou filiação, o que fortalece a imagem e a programação insurgente.

⁹Conceito que designa a espacialidade ou ambiência inaugurada a partir do advento das tecnologias digitais e telemáticas de comunicação, transmissão de dados e expressão.

Os atos de junho de 2013 guardaram estas premissas e no antegozo desta unidade na diversidade, promoveram sua articulação reticulada de modo espontâneo e abrupto, sendo apenas conhecedores do objeto e do projeto, e não de qualquer resultado previsível. Todavia, a autoconsciência somada à autonomia possibilitada pela internet deram condições de organização, sobrevida e capacidade de impacto ao movimento.

Eram múltiplos os conclames de #vemprarua e #ogiganteacordou. Eram eventos¹⁰ com inúmeras confirmações e informações sobre a programação dos atos via Facebook, diversos termos e *hashtags* como *trending topics*¹¹ no Twitter gerando discussões e informações síncronas e assíncronas, postagens, imagens, *links* e remessas massivas de conteúdo implodindo *timelines* com a mesma menção: há um movimento, uma causa, uma luta e uma proposta de ação.

O ferramental de comunicação digital e interativa é um dos elementos mais característicos dos movimentos de junho. A internet já é partícipe de mais da metade dos domicílios brasileiros, representando 54,8%, implicando em sua popularização e penetração no cotidiano social segundo dados do IBGE (2015). Ainda segundo o instituto, a comunicação *mobile* via *smartphones* é crescente, representando a maior parcela de acesso a internet por dispositivo, 89% da população conectada utiliza telefones celulares para tanto, seguidos de 40% para computadores de mesa, (39%) para portáteis e *notebooks*, 19% para *tablets* e 8% para videogames (IBGE, 2015).

A narrativa hiperconectada de junho de 2013 não representa, nesse sentido, uma ocasião de fantasia hipermoderna, mas um esquema contemporâneo que atinge e já é integrante da experiência de vida da sociedade brasileira. O crescimento do acesso a internet e deste acesso *mobile* denota novas práticas de consumo da informação, seja pela ocupação e papel da internet na vida diária, seja pela autonomia e consumo de informação sob demanda que os aparelhos móveis podem permitir, sem prescindir de tempos e espaços.

Para a produção e desenvolvimento dos atos, o usufruto da internet constituiu uma camada basal. Pela agilidade, praticidade e dinamicidade características da internet, população, manifestantes, autoridades políticas e grupos de mídia perceberam os atos e sofreram seu impacto por diversas formas. O usufruto da internet nas jornadas pode ser disposto em cinco

¹⁰Eventos são uma ferramenta da rede social Facebook na qual usuários podem criar chamadas e convites para eventos, convidando outros usuários, promovendo sua ideia, seu círculo social ou para o caso comercial, marcas, produtos e serviços. Conferir: https://www.facebook.com/help/www/1076296042409786/?helpref=hc_fnav. Acesso em: 1 jun. 2021.

¹¹*Trending Topics* são uma ferramenta da rede social Twitter e consiste na parametrização de assuntos mais comentados ou abordados na rede em determinado recorte espacial. Conferir: <https://support.twitter.com/articles/268981>. Acesso em: 1 jun. 2021.

vertentes: produção e compartilhamento de informações, organização e programação dos atos, checagem de fatos e laboratório sociocultural, vocalização de mensagens e produção de impacto.

A via matricial do uso da internet é a interface a um contingente de informações que circula e cresce em *continuum*, aspecto nomeado como dilúvio informacional por Lévy (2000). O *modus operandi* da internet é a produção, a circulação, o armazenamento e operacionalização de dados. O que leva a um *modus vivendi* que preconiza a navegação, a significação, a reelaboração, o compartilhamento e o manuseio de dados. A informação em volume e fluxo é deflagradora das práticas que perpassam a essência da vida em rede, do ciberespaço e da internet.

Se a desatenção ou narrativa tergiversa dos grupos de mídia foi uma máxima para a caracterização inicial dos atos, a internet foi o diapasão para o contorno do poderio massivo da grande mídia. Sem domínios pré-fixados e oferecendo a possibilidade de liberdade, intercuro e autonomia, a internet tornou-se uma mídia alternativa. Manifestantes, grupos e cidadãos puderam informar e socializar informações pertinentes aos acontecimentos factuais sem vieses ou escolhas narrativas com bases editoriais.

O uso de redes sociais, *blogs* e outros tipológicos na internet tornaram-se as vias mestras para a alternância de narrativas que se mostravam inverossímeis em um primeiro momento. As narrativas cruas e não editadas das ruas, dos objetos e dos desejos dispostos na insurgência das jornadas eram possibilitadas pela internet de modo isento, comprometido com a articulação do programa do movimento.

Manifestantes e não manifestantes tinham acesso a parcelas de informação complementares e suplementares, uma vez que as vias tradicionais ora não eram credíveis, ora eram superficiais, ora não estavam imbuídas do significado – e até a compreensão – dos atos. Informações, dados, fatos, números, significados, explicações e descrições eram difundidas, o que garantia o viço dos atos, sua consistência, sua unidade e seu processual de contornar a invisibilidade taxativa ou a narrativa distorcida (SANTOS; CUNHA, 2019; SANTOS, 2020b).

Considerando o domínio das vias expressas de comunicação midiática pelo poderio privado ou governamental, a produção alternativa e independente de informações pela internet representa uma frente de contrapoder, já que não só descentraliza a hegemonia, mas a pulveriza, concedendo parcelas de poder à coletividade pelo consumo de informação. Desse modo, há um sentido empoderador pertinente à insurgência em questão e à compreensão do papel da internet nas instituições democráticas contemporâneas.

Face à informação produzida e disseminada, a articulação dos atos foi possível em um movimento marcado pela horizontalidade em sentido de liderança, ausência de bandeiras específicas e com protagonismo disperso pelo coletivo (RICCI; ARLEY, 2014). Na internet, o agendamento e a programação dos atos foram organizados de forma precisa, clara e rápida, permitindo aos sujeitos o acompanhamento em tempo real e onde quer que estivessem localizados sobre a dimensão do movimento.

Para além da perspectiva organizacional de programação, convite e arregimento dos atos em diferentes escalas, este cenário implicou na pregnância de atos marcados por uma espacialidade e uma territorialidade dispersante, isto é, pautada por uma multiescalaridade. Estas práticas tornaram possíveis a visibilidade dos atos e a noção de seu crescimento, difusão e campo de ação, permitindo sua durabilidade e consolidação de seu significado para qualquer tempo.

A disputa simbólica foi o primeiro marcador do tratamento midiático das manifestações (FONSECA, 2013; SANTOS, 2017). Nesse sentido, múltiplas e divergentes narrativas se difundiam, produzindo panoramas conflituosos sobre o significado, a dimensão e a repercussão dos atos, o que poderia configurar um quadro de dispersão e dissonância. Todavia, a ambiência em rede por meio da produção e compartilhamento de informações em tempo real permitiu um trabalho de checagem de fatos, isto é, de clarividência sobre a realidade dos acontecimentos.

Velocidade e interatividade permitem que a comunicação digital atinja patamares distintos em relação ao esquema midiático tradicional. As ruas eram a via de fluxo e ao mesmo tempo o ponto de acesso e comunicação, uma vez que as informações eram atualizadas e coproduzidas a partir delas. Emerge, assim, uma espécie de laboratório cultural, onde a interatividade empodera, informa e potencializa a liberdade e a autonomia, o que essencialmente define a identidade da insurgência.

A vocalização das mensagens insurgentes foi intensificada por meio da informação que se difunde e a interatividade que se expande na internet. O conteúdo de protesto, o posicionamento reivindicatório e as queixas encontravam ressonância pelos recônditos do ciberespaço, produzindo uma estrutura de conteúdo insurgente e de difusão da mensagem em um processo de produção de significado em torno do movimento.

As *hashtags*, as imagens, os vídeos e os *links* criaram tessituras simbólicas que ressignificaram o jogo insurgente, com termos, alusões, signos e códigos que, por sua vez, fortaleciam os atos e tornavam sua frente de ação mais complexa e produtiva do ponto de vista sociocultural. Nesse sentido, a força dos movimentos e o engajamento se tornam sobremaneira

maiores, já que o aporte linguístico e a construção simbólica passam a atribuir lógica e sentido ao que a experiência negativa pelo que se luta contra fazia por anular.

A atribuição de significado aos atos fortalece suas premissas e a dimensão dos objetos de luta e disputa, tornando os atos de insurgência mais provocativos e pontuais. Isso implica na produção de impacto da mensagem insurgente que extrapola a condição corriqueira de manifestação e torna-se um evento que se circunscreve historicamente na trajetória da sociedade que o comporta. Afinal, o poder simbólico suplanta as outras formas de poder (político, coercitivo e econômico) por seu caráter de expressão e ação. Junho de 2013 nas ruas era um exercício de contrapoder, insurgência e de poder simbólico, conforme a internet (ciberespaço e cibercultura) constituía-se como aditivo de seu desenvolvimento.

Da produção e compartilhamento de informações, organização e programação dos atos, checagem de fatos e laboratório sociocultural, vocalização de mensagens e produção de impacto, o usufruto da internet nos atos constituiu uma espécie de aldeia. Uma aldeia interligada e interseccionada pelas conexões promovidas pela internet e que se difunde em rede, tornando o movimento uma expressão solidária de práticas sociopolíticas, fortalecidas pelas relações em rede e pelo ferramental de autonomia oferecido pela internet.

ENTRE A RUA E A REDE SOCIAL, ENTRE ON E O OFF-LINE NAS JORNADAS DE JUNHO

Considerando que a experiência de insurgência é um ato comunicacional, pode-se alinhar aqui a perspectiva de Castells (2013, p. 15):

A constituição das redes é operada pelo da comunicação. Comunicação é o processo da comunicação socializada. [...] A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de constante mudança. [...] Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

Em junho de 2013, territorialidades solidárias de insurgência se estenderam pelo território nacional, compartilhando o vigor reivindicatório e as pulsões que designavam o movimento. O usufruto da internet como ferramenta e indumentária é consonante a esse processo, já que o viabiliza, tornando a experiência sociopolítica uma aldeia cujas interconexões

ubíquas e sociais on-line, suplantam a distância, tornando a experiência off-line alinhada e intercomunicante com a diáspora insurgente estabelecida.

Um processo comunicacional é um processo social. As redes se desenvolvem e desencadeiam sua funcionalidade por meio de nós e malhas adensadas por vias comunicacionais. Isto implica que a comunicabilidade nas jornadas de junho, seja pelas operações on-line, seja pelas operações off-line, são partícipes constitutivos – e logo, inerentes – à trama do movimento, como o que o baliza, aplaina o caminho e confere sobrevida.

A comunicação é intempestiva na natureza humana e no ordenamento social contemporâneo, isto é, está presente irremediavelmente em todos os processos como eixo estruturante de transações, fluxos e relações variadas. Ora, para que haja comunicação, processos e meios devem ser posicionados e articulados para permitir que emissores e receptores travem sua experiência entre mensagens, canais e códigos (DOWNING, 2000). Este papel cabe à comunicação multimídia, isto é, à estrutura midiática vigente na sociedade, variável conforme a estrutura de cada localidade (THOMPSON, 2004).

A espacialização e a espacialidade, as temporalidades, as territorialidades, as relações e interações sociais, a cultura, a política, o poder, as identidades em expressão e ação e a própria comunicação são processos de produção de sentido. Produção esta que se dá como um processo mental individual e coletivo e que se irradia como prática social inerente à condição e ao devir humano diante do mundo, sua experiência e seus projetos.

Nesse sentido, a agitação das massas ou a ebulição de territorialidades insurgentes – como no caso analisado – implicam no registro de mudanças no ambiente social e comunicacional, afetando a construção de sentido vigente, e nela, a produção das relações de poder, como atesta Castells (2013).

A comunicação digital ampliou as relações humanas em dimensões amplas. Pela ubiquidade, velocidade e mobilidade entre dispositivos, sistemas e recursos, uma multiplicidade de receptores é capaz de se afetar, ou melhor, de se conectar a um número indizível de outros sujeitos e suas redes, gerando tramas interconectadas por sujeitos, relações e informação (LÉVY, 2002; LEMOS; LÉVY, 2010). O destaque da revolução promovida pela comunicação digital não, contudo, o brilho das tecnologias e sistemas, mas sua inclinação social: a deflagração da autocomunicação.

A autocomunicação é um processo permitido por essa evolução em termos de comunicação, tecnologia e sociedade, onde “a produção da mensagem é decidida pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens na rede é autosselecionada” (CASTELLS, 2013, p. 16). Trata-se de um processo onde a mensagem, sua

produção e sua difusão são multimodais e centradas na performance do indivíduo, sem mediações ou controles, em um procedimento de autonomia.

A comunicação de massa tradicional baseia-se em redes horizontais de comunicação, por sua vez marcadas verticalmente por representantes dos princípios que os veículos detentores e produtores de conteúdo midiático articulam em sua práxis comum. Isto não se verifica na autocomunicação de massa, já que “fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 16).

Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder (CASTELLS, 2013, p. 16).

As jornadas de junho não se estabelecem exclusivamente na tipicidade de movimentos sociais, mas a comunicação em rede é uma dimensão intrincada de sua concepção. E entendendo as redes de comunicação como fontais à produção de sentido e poder, fica evidente o papel das redes de comunicação e a refletância on-line e off-line do movimento. As manifestações são exercícios catárticos de expressão sociopolítica, pautados pelos efeitos do poder e a construção de sentido do ordenamento social e político vigente.

A autocomunicação como componente de junho de 2013 transforma o movimento em uma frente insurgente calcada em contrapoder e em disputa de sentidos, já que dota o sujeito de ação e protagonismo na produção e disseminação de mensagens, tornando-o um agente de dissonância às correntes hegemônicas de poder e produção de mensagens (RICCI; ARLEY, 2014). Pode-se afirmar, assim, que a comunicação digital como autocomunicação é intrinsecamente empoderadora, já que permite a partir de si própria o rearranjo dos domínios e poderes em torno do simbólico, conseqüentemente influente em torno do que é decisório também.

Em uma análise dialética, Castells (2013) pontua que dada essa condição da autocomunicação, é que os governos temem a internet e a iniciativa privada a vê com reservas, onde ao mesmo tempo implementam medidas de controle, limitação e cerceamento sutis ou explorando-a comercialmente, como um celeiro de oportunidades. Todavia, o poder advindo da comunicação digital é uma ameaça às tomadas de decisão dos poderes político, coercitivo e econômico.

A eclosão dos protestos foi marcada por disputadas simbólicas na produção de diferentes narrativas, aquelas que vinham dos manifestantes e das ruas, e a que vinha dos veículos de mídia tradicionais e das leituras dos governos. Assim, a comunicação tradicional – horizontal e vertical – detinha o controle das narrativas e, conseqüentemente, da produção de sentido em torno delas, desequilibrando o poder por meio da disputa simbólica.

No entanto, o usufruto da internet na perspectiva da autocomunicação, tornou as vocalizações e a difusão dos protestos mais cadente, desanuviando os roteiros narrativos sob controle midiático, já que os sujeitos passaram a produzir e difundir informações de modo autônomo, tornando o exercício sociopolítico um fator de equilíbrio de poderes e produção de sentido. A pavimentação do caminho para que a mensagem de insurgência fosse contemplada estava feita.

A autocomunicação prevê uma comunicação autônoma, isto é, pautada no protagonismo e no exercício dos sujeitos. O domínio da comunicação midiática tradicionalmente nas mãos de seus grupos e dos esquemas horizontalizantes e verticalizantes de difusão de mensagens se vê atravessado por um processo de comunicação que é igualmente estruturante, mas multimodal, constituindo uma situação de comunicação alternativa.

Comunicação alternativa aqui indica um processo capaz de desconfigurar o circuito hegemônico comunicacional, distribuindo o poder de produção e, especialmente, difusão de mensagens. Nesse ínterim, o usufruto das redes sociais e da internet no contexto dos protestos tornam-se recursos empoderadores e integrados à conjuntura de contrapoder, viabilizando o desenvolvimento organizado e simbólico dos atos, onde o espaço testemunha e também coopera como terreno e indumentária de insurgência.

A insurgência de junho de 2013 torna-se um recurso de manifestação sociopolítica, marcada por um processo de autocomunicação e de comunicação alternativa, sob uma estrutura espacial de ocupação (i)material e de territorialidades solidárias, cujo significado reside não apenas na mensagem, mas em sua própria organização e dinâmicas. Os noticiários relataram:

Convocados nas redes sociais (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

A internet teve papel fundamental na **organização** dos atos (Estadão, 18 jun. 2013, p. 14, grifo nosso).

Na internet, atos **mobilizam** 136 milhões (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Protestos ocorrem em 17 capitais, **convocação** é feita pelas redes sociais (O Globo, 20 jun. 2013, p. 6, grifo nosso).

Protesto atraiu 35 mil pessoas e **ganhou corpo no Facebook**, chamado por organizações com forte **militância online** contra a corrupção (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10, grifo nosso).

Entre os dias 13 e 21 deste mês, foram mais de **2 milhões de citações sobre os protestos**, ante 214 mil sobre a Copa das Confederações (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Houve quem fosse manifestante de primeira viagem, trocando o **Facebook pela bandeira, a internet pelo asfalto** (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18, grifo nosso).

O sentido de mobilização é claro. Os termos “convocados”, “organização”, “mobilizam” e “convocação” denotam o papel de atração e congregação do movimento. Considerando o circuito midiático tradicional operado pelos grupos de mídia e que dialogam com a iniciativa privada e o poder público, a comunicabilidade alternativa perpetrada pela internet fornecem os insumos e as condições de ressonância do espírito do movimento. Assim, criam-se zonas de convergência das narrativas e das vozes que ecoam coadunadas a partir das vias urbanas e das vias do ciberespaço.

O tom mobilizador conclama a ida às ruas, a ocupação dos espaços urbanos e a manifestação das reivindicações, no entanto a mobilização também é on-line. E esta tomada on-line é também ocupação, movimento, manifestação. O ciberespaço constitui uma espacialidade própria, atrelada ao corpo socioespacial do espaço material e imaterial convencionais. O espaço das redes on-line e da interconexão não é alegórico, mas possuem o empuxo e o viço característicos do polissêmico e complexo espaço como conceito e categoria geográfica.

A tomada das ruas e a das redes constituem um movimento uno. Não se opõem, não se antagonizam e não constituem modalidades diferentes de vivência do real. O que as diferencia são suas propriedades e sua operacionalização, virtuais e on-line, respectivamente. Os trechos “ganhou corpo no Facebook”, “militância online”, “2 milhões de citações sobre os protestos”, “Facebook pela bandeira” e “internet pelo asfalto” evidenciam o caráter orgânico e de refletância da insurgência que se manifesta on-line e também off-line.

Essa singularidade e funcionalidade orgânica podem ser observadas:

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a **articulação dos discursos** e para **divulgar hora e local dos protestos** (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8, grifo nosso).

O **fluxo paralelo de informação** possibilitou fazer comparações às versões das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Muitos recorreram aos **serviços para se informar**, a partir de relatos no Twitter e Facebook (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

[...] as redes sociais também **impulsionaram a escalada dos protestos**. [...] A publicação de fotos, vídeos e relatos na hora e logo após os protestos, tomam conta de YouTube, Twitter, Facebook, Instagram e Tumblr (O Globo, 18 jun. 2013, p. 9, grifo nosso).

A diferença foi a **força demonstrada pelas mídias sociais**, decisivas não apenas para a **mobilização** como para o **registro** de cada **detalhe em tempo real** das manifestações, e a **diversidade de palavras de ordem** (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3, grifo nosso).

Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas **falando de um tema** (Estadão, 18 jun. 2013, p. 14).

Exército **monitora** crise pelas redes sociais (Folha, 22 jun. 2013, p. C3).

A informação foi intempestiva, decisiva e balizadora dos atos. Um dos fluxos e capitais mais expressivos da contemporaneidade, a informação orienta, medeia e condiciona meios e sujeitos e, no ciberespaço, constitui seu afluxo. Nos protestos, o acesso e o consumo de informação foram elementares, uma vez que a disputa simbólica por narrativas e visibilidade constituía uma ameaça à sobrevivência e ao significado dos atos. O aporte da internet – das propriedades do ciberespaço – permitiu a desenvoltura dos atos penetrando as barreiras midiáticas hegemonicamente compostas.

Ao papel das operações on-line de informar e produzir performances a partir dela, podem ser observados os trechos “articulação dos discursos”, “divulgar hora e local dos protestos”, “fluxo paralelo de informação”, “serviços para se informar”, “impulsionaram a escalada dos protestos”, “força demonstrada pelas mídias sociais”, “mobilização”, “registro”, “detalhe em tempo real”, “diversidade de palavras de ordem”, “milhões de pessoas falando de um tema” e “monitora”.

O noticiário evidencia não apenas um descritivo factual de composição dos protestos, mas as dinâmicas constitutivas do movimento, prontamente observáveis a partir de sua articulação e interlocução nas ruas e na internet. A programação e orientação sobre os atos demonstra a funcionalidade organizacional e, portanto, solidária e engajadora. O aporte de informação que se torna paralelo ao grande circuito denotam a autocomunicação alternativa. A narrativa de força mobilizadora, afluxo discursivo e monitoramento acenam para o contexto de contrapoder desencadeado com o movimento.

O contrapoder desencadeado pelas jornadas de junho foi exercido a partir do desenvolvimento de um processo insurgente marcado por operações comunicacionais autônomas e alternativas, isto é, livres de controle e domínio institucional de poderes de quaisquer naturezas, conforme Castells (2013). Este processo comunicacional insurgente provê comunidades – aqui, marcados pelas territorialidades de insurgência e solidárias, além da operação das redes –, onde as demandas e queixas passam ressoar a partir de um dispositivo cidadão, inscrito na dinâmica democrática da sociedade.

“Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede” (CASTELLS, 2013, p. 18). O uso das redes sociais, de processos de comunicação autônoma e alternativa, os sujeitos reelaboram os objetos de querela e contradição social, tornando-os projetos de ação, reação e reconstrução social. E para tanto, subvertem o exercício de poder, subvertendo a prática comunicacional convencional, galgando resultados de resistência e expressão pública.

E se junho de 2013 como os movimentos em rede se tornam operações de contrapoder na sociedade em rede, como esse poder é exercido e como é subvertido?

Os *programadores* com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia etc.). E os *comutadores* que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.). Se o poder é exercido programando-se e alternando-se as redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhando reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. [...] As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013, p. 18, grifo do autor).

Entre as práticas de programadores e comutadores, a ação de insurgência acompanhada em junho de 2013 com a produção de ativismo a partir do ciberespaço constitui uma subversão do estabelecido, descentralizando o poder e o pulverizando na medida em que o recombina como força valorativa dos significados atribuídos aos gritos, passeatas, cartazes e postagens. O usufruto das redes sociais on-line torna-se um dispositivo de exercício de poder na medida em que previamente se posicionam como instrumentos de contrapoder, perfurando as barreiras institucionais hegemônicas.

Há que se destacar a terminologia e a cadência semântica para os termos ciberespaço, internet, redes e mídias sociais. Os vocábulos se ligam ao mesmo objeto da interconexão digital, todavia a sintaxe é concatenada pelo significado patente/latente de sociabilidade. O ciberespaço deriva comunidades, a internet é uma rede mundial, as redes e mídias são acompanhadas do termo social. Isto implica em considerar as práticas em torno do ciberespaço como uma prática eminentemente social e designadora de práxis que reorganizam as dinâmicas contemporâneas.

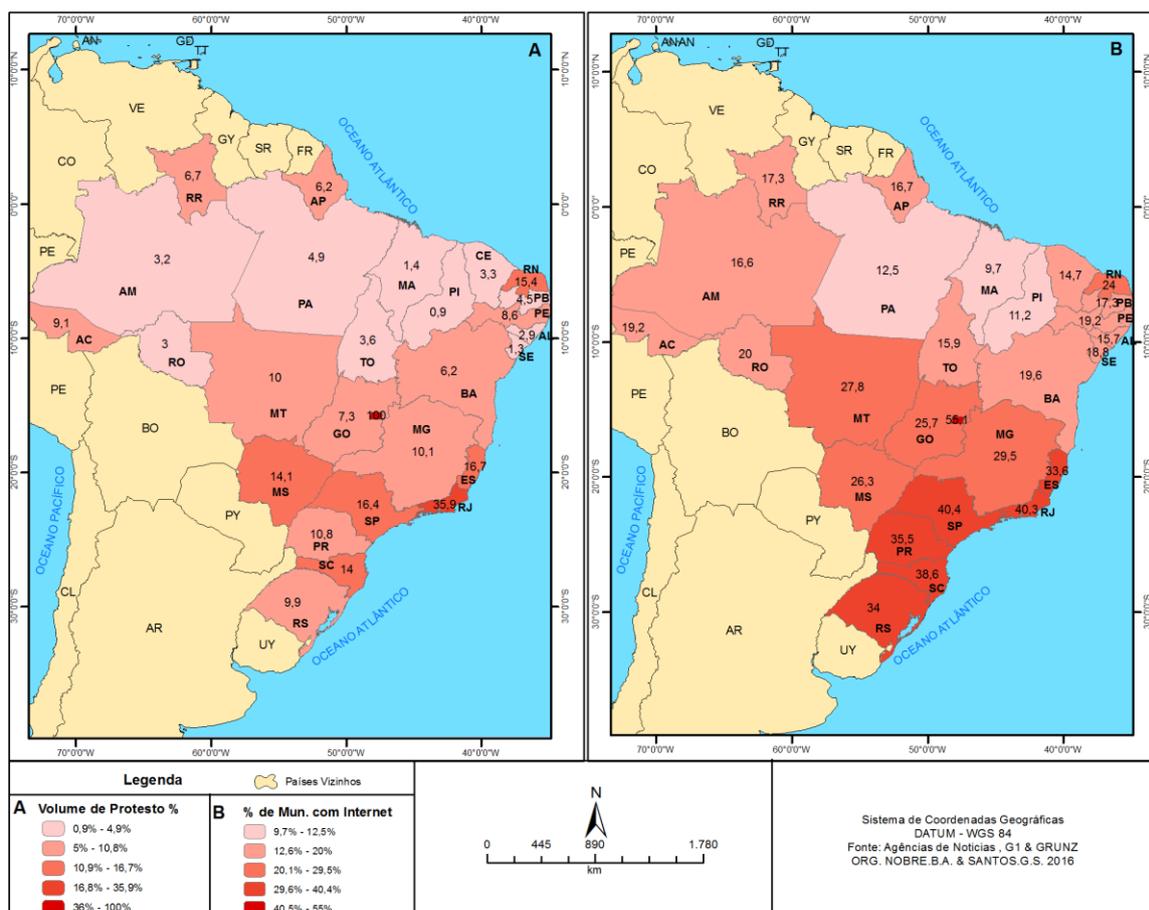
A insurgência é on-line. A insurgência é off-line. A tessitura das manifestações de junho de 2013 compreende um rol de operações entre a prática de tomada das ruas, dos espaços públicos, de interrupção dos fluxos e vocalização de demandas. Mas ao mesmo tempo, incluiu

postagens, convocações, articulações narrativas, disseminação de informações e contra-informações e alternância de produção simbólica.

Duas operações interligadas e que compõem o mesmo movimento. Em consonância. Em integração. Em unidade. E, portanto, em refletância. Há um paralelismo construtivo entre o ativismo perpetrado off-line e aquele articulado on-line. Embora seja ligeiro o pensamento de maximizar uma operação em detrimento da outra no pensamento tradicional de descrédito ao virtual, os ativismos on-line e off-line dispensaram significados próprios, específicos e concatenados.

Nesta perspectiva, conforme o mapa (figura 1), indica-se o volume de protestos por estado/município comparado ao volume de acesso a internet por estado/município. Infere-se que a articulação de protestos no território nacional acompanha a curva de tendência de acesso a internet, onde as manchas de estados e municípios com maior distribuição de atos flexiona-se à intensidade das manchas de distribuição do acesso à internet no país.

Figura 1: Comparativo de protestos e acesso à internet por município



Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Este prospecto oferece algumas luzes. Inicialmente, é possível destacar que o acesso a internet, em certa medida, contribui para a movimentação de contextos sociais práticos. Naturalmente, o mapa não inclui dimensões mais internas e posteriores como condicionamentos sociais, culturais e circunstanciais implícitos. Porém, é cada vez mais corrente que o acesso a internet é uma variável salutar à democracia e ao exercício cidadão, uma vez que a informação forma, liberta de colonialismos modernos e gera autonomia (LEMOS, 2015; CASTELLS, 1999; 2013).

A consolidação do ciberespaço como uma frente de produção, difusão e acesso à informação é utópica (LÉVY, 2000). Esse utopismo leva a depositar no beneplácito da informação e da comunicação tecnológica a salvaguarda democrática. Porém, a dinâmica das redes é sedimentada a partir de narrativas e processos de poder, fazendo crer que as ambiências midiáticas inauguram novas platitudes mobilizadoras, mas simultaneamente novos desafios de se pensar agência e potência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as dinâmicas socioespaciais de um evento de insurgência a partir da perspectiva comunicacional é tornar mais aclarada uma dimensão axial do devir humano: o sentido dos objetos, das ações e das ideias. Em junho de 2013, observa-se que a insurgência foi constituída por uma refletância on e off-line, não entendendo aqui discontinuidades ou operações separadas, mas uníssonas, cooperativas e integradas.

A noção espacial adotada como roupagem para a retomada da consciência sociopolítica, como instrumento de manifestação, desenvolveu uma relação de sinergia com os processos próprios desenvolvidos pela criatividade manifestante de operar, isto é, o ferramental de comunicação digital.

Isto torna não só o evento-fenômeno mais complexo, como complexifica a noção contemporânea de espaço na medida em que avança as relações, práticas e produtos do ciberespaço, a cibercultura¹². A insurgência foi on-line e off-line em junho de 2013 e, pode continuar a sê-lo neste novo prospecto de dinâmicas socioespaciais face à comunicação hodierna.

¹²Cibercultura designa a produção de artefatos, imagens, linguagens, dados, produtos e representações no meio digital com o avanço das tecnologias de informação e comunicação. Inclui práticas e processos de uma cultura que tem no meio digital sua expressão, refletindo dinâmicas fora dele, imbricadas na produção da cultura e do cotidiano.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOWNING, J. **Radical media: rebellious communication and social movements**. New York: Sage Publications, 2000.
- ESTADÃO. São Paulo: Grupo Estado, 2013.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 2013.
- FONSÊCA, D. **Não dá para não ver: as mídias nas manifestações de junho de 2013**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2013.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Editora Sulina, 2015.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**. Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.
- LEPECKI, A. Coreopolítica e Coreopolícia. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.
- LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. São Paulo: Instituto Piaget, 2002.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2013.
- RICCI R., ARLEY, P. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Letramento; 2014.
- SANTOS, G. S. **#Vemprarua: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil**. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 70-84, 29 ago. 2018.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. "Não é por R\$ 0,20", é por direitos: dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 94-110, jul. 2019.

SANTOS, G. S. Uma jornada socioespacial: o retorno sempre novo às ruas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 46-65, jul./dez. 2020a.

SANTOS, G. S. #Vemprarua: jornadas de um espaço em rede. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 17, n. 01, p. 240-255, fev. 2020b.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Artigo recebido em: 18 de março de 2021.

Artigo aceito em: 07 de junho de 2021.

Artigo publicado em: 02 de agosto de 2021.